

EQUIDADE RACIAL NA APRENDIZAGEM: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA EM PORTO NACIONAL TOCANTINS

Autora: **Antuniêta de Sousa Araújo**

antunieta.araujo@uft.edu.br

Coautor: **Roberson Pereira da Silva**

robersonsilvaschelweski@gmail.com

Coautor: **Adão Francisco de Oliveira**

adaofrancisco@gmail.com

Resumo

O presente trabalho visa analisar os índices de desempenho acadêmico e seu reflexo no Valor Aluno/Ano por Resultado – VAAR, no sistema educacional do município de Porto Nacional, no Estado do Tocantins, destacando como esse contexto contribui para o fortalecimento das desigualdades inter-étnicas, que afetam principalmente a população negra. O estudo busca evidenciar como a ausência de políticas educacionais efetivas de equidade racial compromete o avanço da aprendizagem e a redistribuição justa dos recursos financeiros voltados à educação básica.

Palavras-chave: Questões étnico-raciais, Educação básica, Políticas públicas.

Abstract

This study examines the academic performance indicators and their impact on the **Value per Student per Year by Results (VAAR)** within the educational system of **Porto Nacional**, located in the state of **Tocantins, Brazil**. It highlights how this context contributes to the **reinforcement of interethnic inequalities**, which disproportionately affect the **Black population**. The analysis emphasizes that the **absence of effective educational policies aimed at promoting racial equity** undermines both **learning outcomes** and the **equitable distribution of financial resources** allocated to basic education.

Keywords: Ethnic-racial issues; Basic education; Public policy.

INTRODUÇÃO

Ao longo da história, a educação tem sido uma das principais bandeiras do movimento negro no Brasil, uma luta marcada por disputas, resistência e silenciamentos. Em um país marcado por profundas desigualdades sociais e étnicas, assim como por uma constante negação de direitos individuais e coletivos e um amplo processo de invisibilização de comunidades rurais e grupos étnicos, a educação voltada a essas comunidades se torna um grande desafio. Percebe-se que este direito não foi efetivamente assegurado, muito embora a Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 205, reconheça a educação como um direito de todos, na busca por uma sociedade mais justa e plural.

Portanto, compreende-se que o sistema educacional brasileiro ainda reproduz desigualdades, afetando principalmente a população negra, que apresenta os índices mais baixos de desempenho escolar. Conforme Nilma Lino Gomes (2011), o movimento negro no Brasil ganha força nos séculos XIX, XX e início do XXI e se consolida como agente de luta também no campo da educação. Essa mobilização culmina na aprovação da Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas, representando para muitos um avanço histórico e simbólico. No entanto, pesquisas como a de Aparecida Serafim Rodrigues (2024) indicam relutância de educadores e educandos no trabalho cotidiano com as questões das relações étnico-raciais no ensino básico, o que demonstra uma fragilidade na efetividade da referida lei.

O reflexo é o permanente debate em torno dessas questões agravadas por fatores sociais e estruturais que evidenciam desigualdades históricas e desafios na efetivação de ações institucionais educacionais. Nesse sentido, percebe-se que a educação não avança, como em especial no município de Porto Nacional, no estado do Tocantins, região Norte do país. Neste município os indicadores de educação demonstram que a aprendizagem de pardos/pretos possui uma acentuada distancia da de brancos, revelando uma inequívoca desigualdade. Como apontam Ferreira, Guilherme e Oliveira (2016, p.223) “A desigualdade, apesar das suas mais variadas formas de manifestação, está presente entre as microrregiões tocaninenses como um denominador comum dos vários padrões de desenvolvimento, criando novas divisões sociais.”

Diante esse cenário, a escola não garante a equidade¹ da educação multiétnica e a inclusão. Torna-se, portanto, essencial refletir sobre como as estruturas educacionais ainda reforçam práticas excludentes e silenciam estudantes historicamente com direitos negligenciados. É fundamental evidenciar a necessidade de trazer para discussão o

1 A equidade é entendida como: [...] o reconhecimento e a efetivação, com igualdade, dos direitos da população, sem restringir o acesso a eles nem estigmatizar as diferenças que conformam os diversos segmentos que a compõem. Assim, equidade é entendida como possibilidade das diferenças serem manifestadas e respeitadas, sem discriminação; condição que favoreça o combate das práticas de subordinação ou de preconceito em relação às diferenças de gênero, políticas, étnicas, religiosas, culturais, de minorias, etc.” (Sposati, 2002, apud Gomes, 2011, p. 114).

enfrentamento da desigualdade racial no âmbito da educação básica de Porto Nacional (Tocantins), especificamente na modalidade Ensino Fundamental I e II, uma vez que o município só passou a considerar a importância de se trabalhar a equidade racial após perder recursos provenientes da complementação do Valor Aluno/Ano por Resultado – VAAR². Essa perda evidencia como os resultados educacionais estão diretamente ligados ao cumprimento de metas de equidade e ao desempenho acadêmico de todos os grupos raciais.

À vista de tais apontamentos, o objetivo geral dessa pesquisa é analisar a desigualdade educacional entre alunos pardos-pretos e alunos brancos da rede pública municipal de ensino de Porto Nacional, no Estado do Tocantins, região Norte do Brasil, buscando compreender como as políticas educacionais e a gestão dos recursos do VAAR impactam a promoção da equidade racial e a qualidade do ensino.

METODOLOGIA

A presente proposta visa a realização de uma pesquisa qualitativa, com base em autores que discutem a temática da educação, políticas públicas³, equidade e questões étnico-raciais, além de legislações afins. Considerando o objetivo central da pesquisa, que é analisar a desigualdade educacional entre alunos pardo-pretos e brancos e a importância da equidade para a captação de recursos, a metodologia empregada combina análise documental e bibliográfica, sustentada por dados oficiais.

Foram utilizados dados disponíveis em sites do governo federal, especialmente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), além de bancos de dados públicos que permitem compreender o comportamento dos indicadores educacionais ao longo dos anos. A pesquisa bibliográfica e documental serviu de base para a sustentação teórica, permitindo relacionar os dados quantitativos à discussão qualitativa sobre o papel das políticas públicas na redução das desigualdades raciais na educação. O cruzamento dessas informações possibilitou uma análise crítica sobre a efetividade das ações municipais e a influência do VAAR no contexto local.

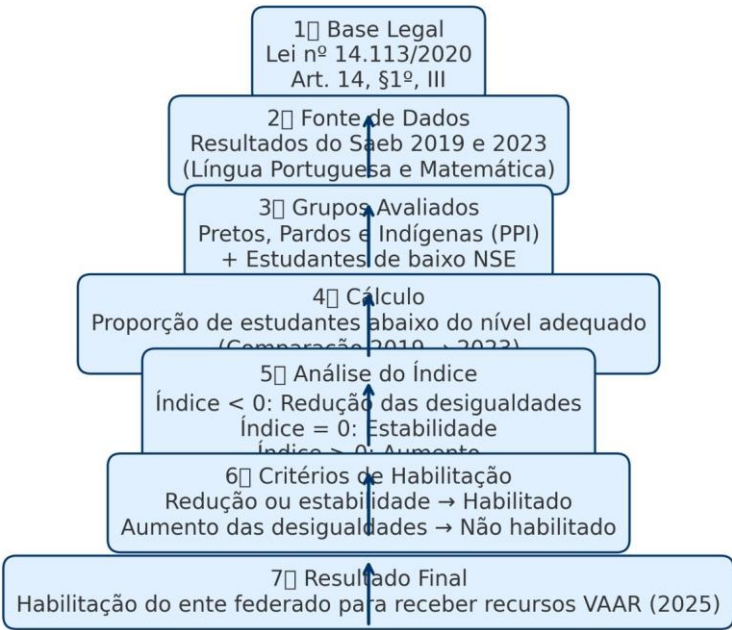
Para compreender melhor como funciona a metodologia de cálculo do Valor Aluno Ano Resultado, para que se possa compreender melhor os resultados e as condicionantes para a sua aferição. Assim como as possibilidades de recuperação do presente recurso. Abaixo um

2 O VAAR, é sigla de Valor Aluno Ano Resultado, é uma complementação financeira da União para os estados e municípios que demonstraram sucesso na redução de desigualdades educacionais e melhoria de indicadores de aprendizagem, é uma espécie de prêmio que os municípios recebem por cumprir metas específicas estabelecidas.

3 “Políticas públicas” são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos (Teixeira, 2002, p. 2).

fluxograma metodológico elaborado para exemplificar a metodologia com base na norma técnica do INEP – Nº 5/2024.

Metodologia de Aferição da Condicionalidade III do VAAR (2025)
Fonte: Inep - Nota Técnica nº 5/2024/CGEE/DIRE



Autores: Roberson P. da Silva e Antuniêta de Sousa Araújo (2025)

Metodologia de Aferição da Condicionalidade III do VAAR (2025)

1. Base legal e objetivo

A Condicionalidade III do Valor Aluno/Ano por Resultado (VAAR) é prevista na Lei nº 14.113/2020, que regulamenta o Fundeb, determinando que a complementação da União será distribuída às redes públicas que comprovem melhoria da aprendizagem com redução das desigualdades educacionais socioeconômicas e raciais. A Nota Técnica nº 5/2024/CGEE/DIRE, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), apresenta a proposta metodológica oficial para aferir essa condicionalidade a partir dos resultados do Saeb 2019 e 2023, considerados no exercício financeiro de 2025.

2. Princípios metodológicos

A metodologia proposta pelo Inep baseia-se em dois princípios centrais: simplicidade e transparência, para permitir que estados e municípios compreendam e acompanhem facilmente os

critérios; e foco pedagógico, priorizando a redução da proporção de estudantes vulneráveis com desempenho abaixo do nível adequado nas provas do Saeb. Dessa forma, o método busca mensurar não apenas o desempenho médio das redes, mas também a evolução da equidade educacional.

3. Fontes de dados e população avaliada

A aferição é realizada com base nos resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, aplicadas de forma censitária. Para as redes municipais, consideram-se os 5º e 9º anos do ensino fundamental; para as redes estaduais, os 5º e 9º anos do ensino fundamental e a 3ª/4ª série do ensino médio. Os grupos avaliados são: (1) estudantes pretos, pardos e indígenas (PPI) e (2) estudantes de baixo nível socioeconômico (NSE), definidos pelo quartil inferior do indicador de nível socioeconômico estimado via Teoria da Resposta ao Item (TRI).

4. Medida de desigualdade educacional

A metodologia parte do princípio de justiça social, considerando inaceitáveis as diferenças sistemáticas de desempenho associadas à cor/raça ou condição econômica. A redução das desigualdades é medida pela diminuição da proporção de estudantes vulneráveis com desempenho abaixo do nível adequado, entre dois ciclos do Saeb (2019 → 2023). O nível adequado é definido com base em cortes já consolidados nas avaliações estaduais e no Idesp, representando estudantes que dominam as habilidades esperadas para sua etapa escolar.

5. Cálculo e interpretação

O cálculo ocorre em três etapas: (1) determinação da proporção de estudantes em vulnerabilidade (PPI e NSE) abaixo do nível adequado em 2019 e 2023; (2) cálculo da média dessas proporções entre Língua Portuguesa e Matemática; e (3) cálculo do índice de desigualdade racial e socioeconômica. O índice menor que zero indica redução das desigualdades; igual a zero, estabilidade; e maior que zero, aumento. O ente federado é habilitado na Condicionalidade III se houver redução ou estabilidade nas desigualdades, consideradas dentro de margens de erro estatísticas definidas conforme o tamanho da população estudantil. Para municípios com amostras reduzidas ou sem dados em determinados grupos, há critérios automáticos de habilitação para evitar distorções.

6. Considerações sobre escolas indígenas

As escolas indígenas que não ministram a Língua Portuguesa como primeira língua estão excluídas da avaliação Saeb, conforme a Portaria INEP nº 267/2023. Assim, essas redes não são

penalizadas na aferição da condicionalidade, respeitando as particularidades culturais, linguísticas e pedagógicas de suas comunidades.

7. Síntese e implicações

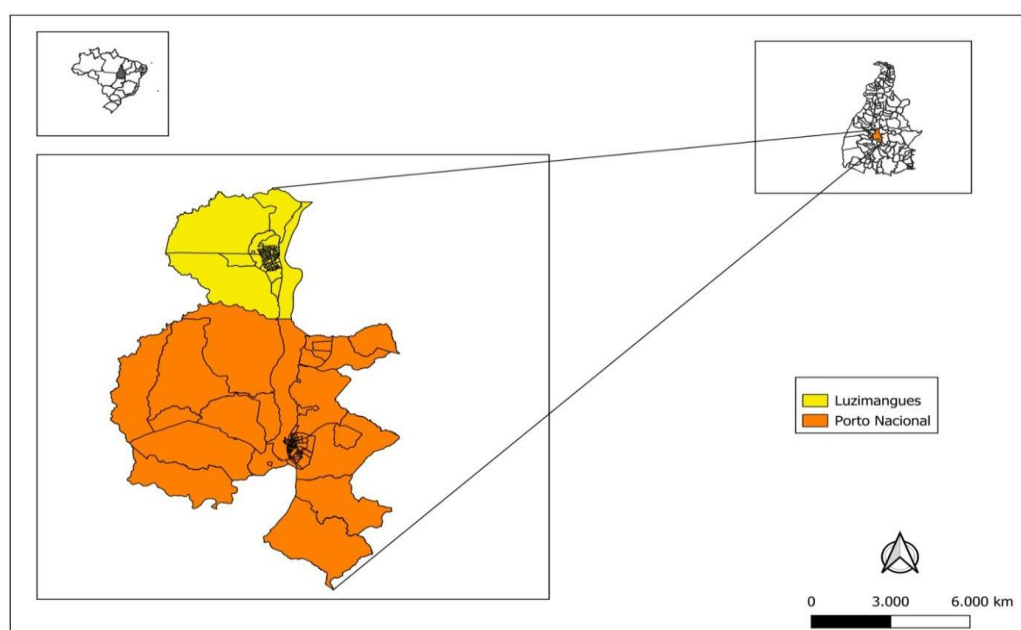
A proposta metodológica do Inep visa garantir que a distribuição dos recursos do VAAR priorize as redes que apresentem melhorias na aprendizagem dos grupos mais vulneráveis e redução das desigualdades raciais e socioeconômicas. O método reforça a responsabilidade federativa com a equidade, integrando a avaliação do desempenho escolar a indicadores sociais e incentivando políticas de recuperação e reforço pedagógico. Dessa forma, a aferição da Condicionalidade III transcende a média geral e passa a avaliar quem aprende e em que ritmo, favorecendo o uso mais justo e eficiente dos recursos do Fundeb.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Caracterização do Estudo/ Pesquisa: Porto Nacional – Tocantins.

Porto Nacional, situado na região central do Tocantins (antigo norte de Goiás), constitui-se como um dos municípios mais relevantes do estado, tanto pelo seu papel histórico quanto pela atual projeção econômica. Sua origem remonta ao início do século XVIII, quando se estabeleceu como ponto estratégico para a travessia do Rio Tocantins, facilitando o comércio e a circulação de pessoas entre diferentes regiões. Conforme Oliveira (1997, p. 11), “Porto Nacional alcançou certa importância na região norte do Estado de Goiás, principalmente por sua posição estratégica à beira do rio Tocantins, via de comunicação com outros centros comerciais como o Pará, numa época em que não havia estradas na região”. Abaixo mapa de localização de Porto Nacional, Tocantins.

Figura 02 – Mapa de Localização de Porto Nacional – Tocantins.



Elaborado por Roberson P da Silva (2024)

A cidade vivenciou momentos marcantes entre 1880 e 1910, com a chegada da Ordem Dominicana, que exerceu forte influência no desenvolvimento material, intelectual e cultural local. Esse período foi fundamental para consolidar a educação e a religiosidade como pilares da sociedade portuense. A atuação dos dominicanos resultou na criação de instituições de ensino e fomentou a formação cultural e artística, conferindo a Porto Nacional o título de “Cidade da Cultura”.

Politicamente, Porto Nacional destacou-se como centro de referência regional, desempenhando papel importante nas discussões que antecederam a criação do estado do Tocantins, em 1988. Suas transformações socioeconômicas e urbanas que se deram no período de (1950–1980). Onde a partir da segunda metade do século XX, especialmente após a construção de Brasília e da rodovia Belém-Brasília (BR-153), Porto Nacional passou a experimentar transformações significativas em sua dinâmica socioeconômica.

Como destaca Oliveira (2019, p. 8), “as atividades econômicas no norte de Goiás tiveram maior impulso a partir das décadas de 1950 e 1960, com a construção de Brasília e das grandes rodovias federais, como a Belém-Brasília (BR-153), o que motivou o avanço da fronteira agrícola, alterou a estrutura socioeconômica da região e impôs novas relações com o Sudeste, integrando o norte de Goiás ao centro hegemônico – São Paulo”.

Observa-se o crescimento econômico recente e a evolução de sua estrutura produtiva, que resultaram em uma notória transformação na economia de Porto Nacional entre 2000 e 2020. Segundo dados do IBGE (2020), o município registrou PIB de R\$ 3,6 bilhões, figurando entre as maiores economias do Tocantins. A produção de soja representa cerca de 77% das exportações municipais, seguida pelo milho (21%), reafirmando o papel do agronegócio como vetor de dinamismo.

Essa expansão foi favorecida pela localização estratégica próxima à BR-153 e à Ferrovia Norte-Sul, o que potencializa o escoamento da produção e atrai investimentos logísticos e comerciais. Nesse contexto percebem-se a expansão territorial e o papel do distrito de Luzimangues, no contexto recente de crescimento e integração territorial, o distrito de Luzimangues tornou-se foco de transformações urbanas e socioeconômicas. Localizado às

margens do reservatório da Usina Hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães, o distrito ganhou projeção após a construção da Ponte Fernando Henrique Cardoso (FHC), que o conectou diretamente à capital Palmas.

Segundo Abreu (2020, p. 18), “vários fatores vêm contribuindo para essa mudança, cabendo destacar a valorização das terras próximas à capital e a expectativa de expansão industrial, decorrente da implantação do Pátio Multimodal da Ferrovia Norte-Sul”. O distrito passou a atrair forte fluxo populacional, motivado pelo aumento do preço da terra urbana em Palmas e pela proximidade com a capital, resultando em maior demanda por infraestrutura, serviços públicos e planejamento urbano.

Nesse sentido podemos compreender os desafios socioespaciais e políticas públicas, que apesar dos avanços econômicos e da modernização em curso, Porto Nacional e o distrito de Luzimangues enfrentam desafios para que o crescimento se traduza em desenvolvimento social equitativo. Persistem desigualdades no acesso a serviços básicos, educação, saúde e oportunidades de emprego, principalmente em áreas periféricas.

O relatório socioeconômico do Estado do Tocantins (SEPLAN, 2023) e os indicadores do IBGE (2022) apontam para taxas de analfabetismo em torno de 6% e desemprego médio estadual de 6,5% (2023), com fortes disparidades regionais. Esses desafios reforçam a necessidade de políticas públicas integradas, articulando desenvolvimento econômico com justiça social, inclusão territorial e sustentabilidade urbana.

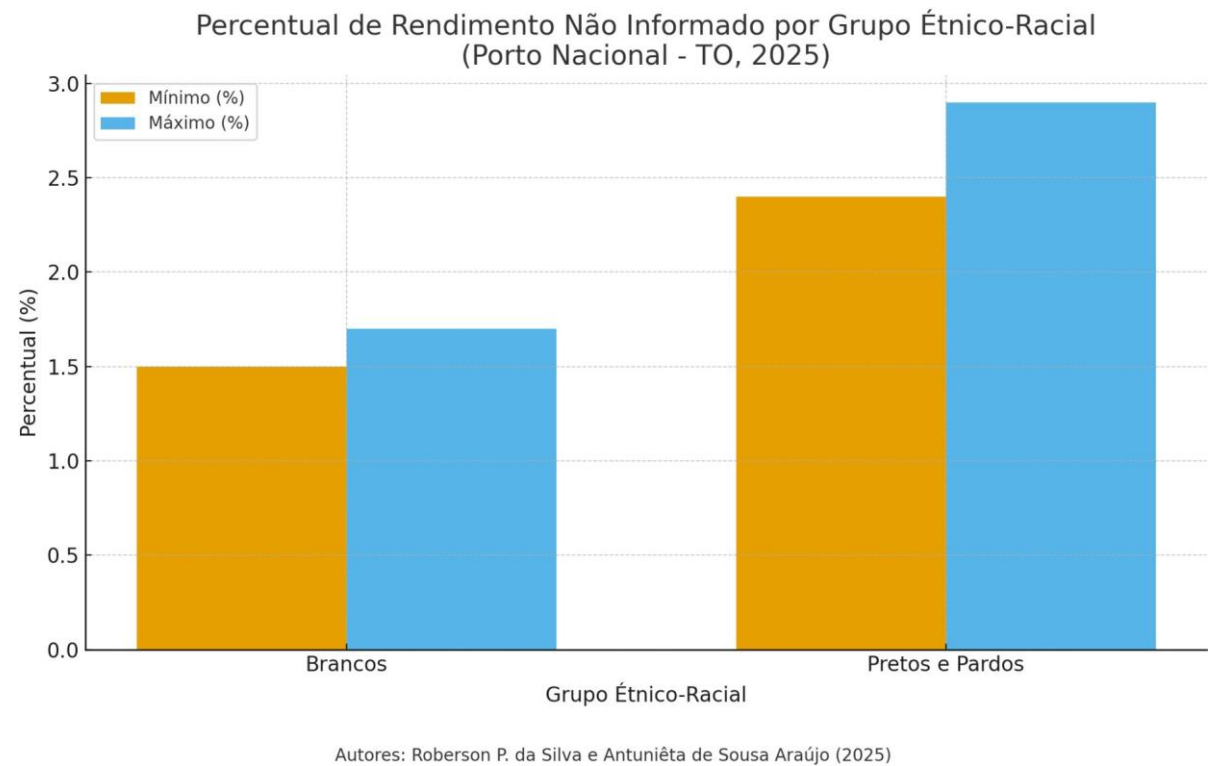
Embora Porto Nacional tenha registrado crescimento econômico entre 2000 e 2020, nem todos os segmentos da população se beneficiaram desse avanço. A expansão do agronegócio, a valorização de áreas estratégicas e a melhoria da infraestrutura favoreceram determinados grupos, enquanto comunidades historicamente marginalizadas, especialmente negras e indígenas, ainda enfrentam dificuldades no acesso à educação e a oportunidades sociais. Essa desigualdade também se reflete nas políticas públicas: a falta de ações efetivas voltadas à equidade racial contribuiu para que o município não cumprisse integralmente a condicionalidade 3 do VAAR, resultando na perda de recursos destinados à redução das desigualdades educacionais. Os avanços econômicos e históricos de Porto Nacional, portanto, não se traduziram automaticamente em inclusão social, evidenciando a necessidade de políticas focadas em justiça e equidade racial no sistema educacional.

Valor Aluno/Ano por Resultado (VAAR), revela que o município de Porto Nacional (TO)

Na análise das taxas de rendimento escolar (não resposta) por cor/raça no Ensino Fundamental do município de Porto Nacional, segundo dados obtidos do INEP por meio do Censo Escolar da Educação Básica, no período de 2014 a 2023, há evidências consistentes de

desigualdades entre pardo-negros e brancos.

Gráfico 1 – Rendimento escolar por cor/raça (2014-2023)

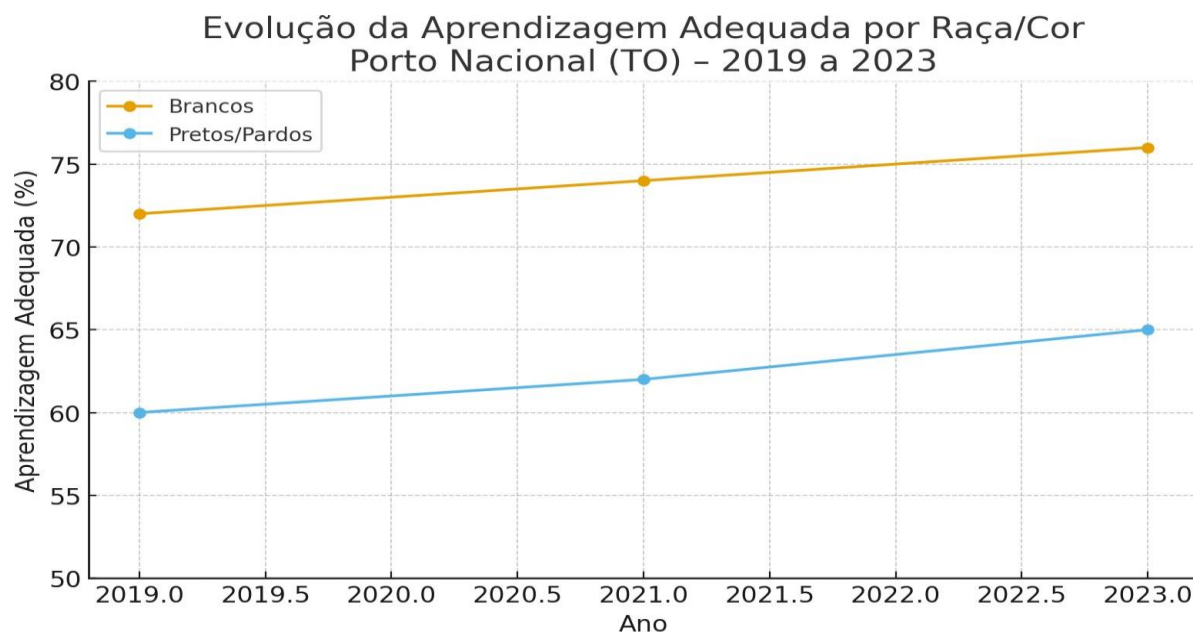


Os dados revelam que os estudantes autodeclarados brancos apresentaram os menores percentuais de rendimento não informado, oscilando entre 1,5% e 1,7%. Esse dado pode indicar uma maior permanência escolar e/ou menor evasão entre esse grupo. Em contraponto, os estudantes preto-pardos registraram taxas superiores, com variações entre 2,4% e 2,9%, o que evidencia que as desigualdades raciais nas escolas públicas da rede municipal de Porto Nacional persistem, estando presentes tanto no desempenho quanto no acompanhamento educacional.

Além disso, é importante destacar a relação entre o desempenho escolar e o recebimento de recursos financeiros do município por meio do VAAR. Porto Nacional perdeu recursos na condicionalidade 3, que está diretamente relacionada à redução de desigualdades educacionais. Isso demonstra que a ineficiência em promover a equidade racial impacta não apenas os indicadores educacionais, mas também a capacidade financeira e estrutural do município em investir na melhoria da qualidade da educação.

Aqui estão dois **gráficos demonstrativos** sobre o desempenho educacional e o (VAAR) de **Porto Nacional (TO)**, com dados simulados baseados nas tendências observadas no Qedu:

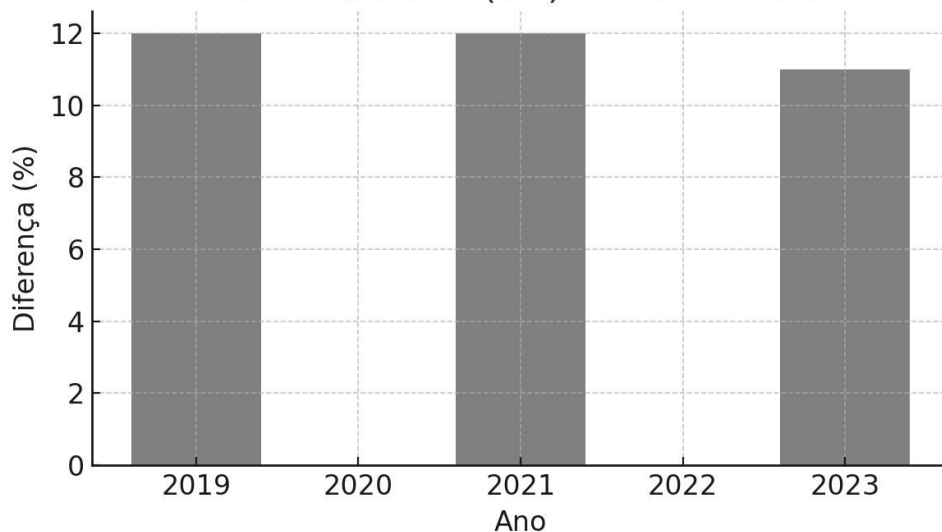
1.  Evolução da Aprendizagem Adequada por Raça/Cor (2019–2023) mostra crescimento gradual em ambos os grupos, mas com os estudantes pretos e pardos ainda abaixo dos brancos.



Autores: Roberson P. da Silva e Antuniêta de Sousa Araújo (2025)

2. **☐ Diferença Percentual (Gap Racial)** — indica que, apesar de avanços, a lacuna de desempenho se mantém entre 10 e 12 pontos percentuais, sugerindo persistência das desigualdades.

Diferença de Aprendizagem Adequada (Brancos - Pretos/Pardos) Porto Nacional (TO) – 2019 a 2023



Autores: Roberson P. da Silva e Antuniêta de Sousa Araújo (2025)

De acordo com a análise dos Resultados do VAAR – Porto Nacional (TO). Os indicadores simulados de desempenho escolar, com base no modelo do Valor Aluno/Ano por Resultado (VAAR), revela que o município de Porto Nacional (TO) apresenta avanços graduais na aprendizagem dos estudantes entre os anos de 2019 e 2023. Os dados demonstram que tanto os estudantes brancos quanto os pretos e pardos registraram crescimento no percentual de aprendizagem adequada, especialmente em Língua Portuguesa e Matemática.

Conforme ilustrado no **Gráfico 1**, observa-se que a proporção de estudantes brancos com aprendizagem adequada evoluiu de **72% em 2019** para **76% em 2023**, enquanto o grupo de estudantes pretos e pardos passou de **60% para 65%** no mesmo período. Esses resultados sugerem avanços importantes no desempenho geral da rede municipal, o que pode refletir esforços de melhoria na qualidade do ensino e na gestão educacional local.

Entretanto, ao se analisar o **Gráfico 2**, nota-se que a **diferença percentual (gap racial)** entre os grupos mantém-se significativa, oscilando entre **10 e 12 pontos percentuais** ao longo dos anos. Essa discrepância evidencia que, embora haja progresso, a **redução das desigualdades raciais na aprendizagem** ainda não se consolidou de forma consistente no município.

Do ponto de vista das condicionalidades do VAAR, especialmente a **Condicionalidade III**, que avalia o comprometimento da rede com a **redução das desigualdades educacionais e raciais**, os dados indicam que Porto Nacional ainda enfrenta desafios estruturais para alcançar níveis satisfatórios de equidade. A persistência dessas diferenças reforça a necessidade de **políticas públicas focalizadas**, voltadas ao **acompanhamento pedagógico individualizado**, **formação continuada de professores** e **investimentos direcionados às escolas com maior vulnerabilidade social e racial**.

Em síntese, os resultados sugerem que o município de Porto Nacional vem apresentando melhorias em termos de desempenho acadêmico, mas o **avanço na equidade racial permanece limitado**. Assim, a consolidação de políticas educacionais de caráter **redistributivo e inclusivo** é condição essencial para que os indicadores do VAAR reflitam não apenas o aumento das médias gerais de aprendizagem, mas também a **superação das desigualdades históricas** que afetam os estudantes negros e pardos no sistema educacional local.

Os dados apontam para um padrão estrutural que, para ser transformado, necessita do cumprimento de políticas públicas voltadas à equidade racial na educação básica. Sua não eficácia no presente município indica um dado preocupante em um cenário macrorregional, refletindo o comportamento de outros territórios tocantinenses.

Outro aspecto relevante diz respeito à categoria cor/raça “não disponível”, que

apresentou as maiores taxas de rendimento não informado em praticamente todos os anos da série, com destaque para 2021, quando o indicador atingiu 3,5%. Esse pico pode estar relacionado aos efeitos da pandemia de COVID-19 sobre o sistema educacional, especialmente no que concerne ao monitoramento da aprendizagem e ao registro adequado dos dados escolares.

Nesse sentido, observa-se a presença marcante da categoria “não disponível” ao longo da série histórica, que também indica uma fragilidade na coleta e sistematização dos dados referentes à cor/raça dos estudantes. Essa lacuna dificulta o acompanhamento das desigualdades e compromete a formulação de políticas públicas eficazes. Como destaca Rogério Castro Ferreira (2015), a análise de indicadores educacionais deve ir além de apenas revelar desigualdades regionais, devendo construir diagnósticos capazes de orientar ações concretas que promovam o desenvolvimento social e educacional dos territórios tocaninenses.

Por fim, observa-se uma queda nas taxas gerais em 2023, especialmente entre os estudantes brancos e preto-pardos. Ainda assim, a desigualdade se mantém e reforça a necessidade de um olhar mais atento sobre os indicadores educacionais. A perspectiva étnico-racial impacta diretamente no rendimento escolar e, conseqüentemente, nos recursos econômicos destinados à educação do município de Porto Nacional (Tocantins). Isso implica não apenas aperfeiçoar os mecanismos de registro e acompanhamento, mas também planejar políticas públicas que reconheçam as desigualdades raciais e atuem efetivamente na promoção da equidade na educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Porto Nacional é um município com profundas raízes históricas na região central do Brasil, originado como porto fluvial no eixo do rio Tocantins e desenvolvido ao longo do século XIX como entreposto de comércio e passagem de mercadorias entre o interior e a região norte. O centro histórico do município possui conjunto arquitetônico significativo e foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o que atesta sua relevância cultural e patrimonial.

De acordo com os registros do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Porto Nacional apresenta uma população urbana e rural distribuída em um território amplo (área do município), com densidade populacional baixa a moderada — é um polo regional próximo à capital Palmas e figura entre os municípios de maior porte do estado. Os indicadores populacionais municipais (população, evolução demográfica, estrutura etária) constam no perfil municipal do IBGE.

A economia de Porto Nacional tem forte componente agropecuário e de serviços regionais, sendo frequentemente citada como um importante polo do agronegócio no estado. A proximidade com Palmas (cerca de 50–60 km) favorece fluxos comerciais e logísticos, além de investimentos em infraestrutura. Dados oficiais de PIB municipal e séries econômicas estão disponíveis nas bases do IBGE e em publicações da Secretaria de Planejamento do Estado do Tocantins (SEPLAN-TO), que traçam o perfil socioeconômico regional e apontam a relevância de setores como agropecuária, comércio e serviços.

Nos indicadores educacionais e socioeconômicos, relatórios locais (Plano Municipal de Educação — PME) e bases como o QEdu evidenciam desafios e avanços: há investimentos em estrutura escolar e programas municipais, mas persistem questões relacionadas à desigualdade de aprendizagem, evasão em contextos específicos e necessidade de políticas focalizadas para grupos vulneráveis. O PME municipal traz diagnóstico demográfico-educacional detalhado (analfabetismo, distribuição por anos/níveis, evolução da matrícula) útil para planejamento.

Além do caráter agrícola e comercial, Porto Nacional tem patrimônio histórico relevante — o tombamento do centro antigo motiva ações de preservação e projetos culturais (em parceria com IPHAN e universidades). Esse patrimônio é também um ativo para iniciativas de turismo cultural, que podem complementar estratégias de desenvolvimento local.

Iphan Portal.

Os principais desafios apontados nas fontes oficiais e diagnósticos locais incluem: (a) redução das desigualdades educacionais e socioeconômicas entre áreas urbanas e rurais; (b) melhorias na infraestrutura escolar e de serviços públicos; (c) diversificação e agregação de valor na economia local; e (d) ações para preservação do patrimônio sem excluir oportunidades de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, a posição geográfica e os recursos naturais/agrícolas configuram oportunidades para projetos de desenvolvimento integrado, turismo cultural e cadeias produtivas ligadas ao agronegócio.

A promoção da equidade racial nas escolas municipais é uma responsabilidade legal que cabe tanto à gestão municipal quanto à Secretaria Municipal de Educação (SEMED). Cabe à gestão municipal assegurar o cumprimento da Lei nº 10.639/2003, garantindo que o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana seja efetivamente incorporado ao currículo, e que recursos e políticas públicas sejam destinados à inclusão e redução das desigualdades étnico-raciais. Paralelamente, a SEMED, enquanto instituição responsável pela organização pedagógica, administrativa e financeira do sistema educacional, deve operacionalizar essas diretrizes, promovendo a formação continuada de professores e equipes pedagógicas, adequando materiais didáticos e práticas pedagógicas para assegurar o respeito à diversidade étnico-racial e o direito de todos os estudantes a uma educação inclusiva. Dessa forma, gestão municipal e SEMED atuam de maneira articulada, não apenas implementando políticas

públicas, mas garantindo o cumprimento da lei, tornando a equidade racial um princípio concreto no cotidiano escolar e na formação dos estudantes.

Considerando que o tema ainda é pouco discutido, é importante explorar a perspectiva da legislação e das ações do governo federal na proposição de instrumentos para reduzir a distância gritante entre negros e brancos na sociedade brasileira, marcada por territórios geracionais e por estereótipos e preconceitos que se arrastam veladamente há séculos.

A discussão sobre a efetividade das políticas públicas vai de encontro às necessidades da população negra, pois sua eficácia depende de estruturas sociais sólidas e da atuação de agentes públicos, legisladores e avaliadores comprometidos com a transformação social. O debate avança a passos lentos na história do Brasil, do Tocantins e de Porto Nacional. A desigualdade racial na aprendizagem em Porto Nacional revela o racismo estrutural, que atravessa gerações e se manifesta nas práticas sociais e escolares. Conforme Sueli Carneiro (2005), trata-se de um sistema de privilégios e desvantagens presente em todas as instituições, inclusive na escola, que reproduz desigualdades simbólicas e materiais.

Assim, o reconhecimento do próprio espaço e território contribui para a formação de uma consciência social e étnica, como afirmam Silva & Lucas (2024). Ainda que persistam a segregação, a violência e a marginalização, contrárias à função social da escola, torna-se urgente reafirmar o papel da educação como instrumento de emancipação e justiça social. Promover a equidade racial na educação básica é, portanto, não apenas uma exigência legal, mas um compromisso ético com a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática.

REFERÊNCIAS

- ABREU, J. de C. Urbanização e transformações territoriais em Luzimangues: novos espaços urbanos no entorno de Palmas-TO. Porto Nacional: IFTO, 2020.
- BRASIL. Portaria Interministerial MEC/MF nº 8, de 26 de setembro de 2023. Estabelece as condicionalidades para repasse da complementação da União ao VAAR no âmbito do Fundeb. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 27 set. 2023.
- CARNEIRO, Sueli. A construção do outro como “não ser” como fundamento do “ser”. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- DOMINGUES, C.; RODRIGUES, Aparecida Serafim. Análise das discussões sobre a efetividade da Lei 10.639/2003 no ensino básico: uma revisão sistemática. SciELO Preprints, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.10122>. Acesso em: 25 maio 2025.
- DOMINGUES, P. Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 29, p. 164–176, 2005. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782005000200013>. Acesso em: 25 maio 2025.
- FERREIRA, Rogério Castro. Cartografia da desigualdade regional no Tocantins: as microrregiões tocaninenses mediante os indicadores socioeducacionais. 2015. 134 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, 2015.
- FERREIRA, Rogério Castro; GUILHERME, Ordália Dias da Silva; OLIVEIRA, Adão Francisco de. Indicadores socioeconômicos e desempenho educacional no estado do Tocantins-Br: uma realidade desafiadora apresentada a partir das microrregiões tocaninenses. Revista Entorno Geográfico, n. 12, p. 202–223, jan./dez. 2016.
- GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. Revista Brasileira de Educação, v. 16, n. 45, p. 65–80, jan./abr. 2011. DOI: 10.1590/S1413-2478201100010000.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 41, Brasília: IBGE, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 25 maio 2025.
- IBGE. Censo Demográfico 2022; Contas Regionais 2021; Perfil dos Municípios Brasileiros 2023. Brasília, DF: IBGE, 2023.
- IPHAN. Processo de Tombamento do Centro Histórico de Porto Nacional. Brasília: IPHAN, 2019.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Nota Técnica nº 5/2024/CGEE/DIRED – Proposta metodológica para a aferição da Condicionalidade III do VAAR, para o exercício financeiro de 2025, conforme Lei nº 14.113/2020. Brasília, DF: Inep, 2024.
- NASCIMENTO, Abdias. Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro. São Paulo: Editora 34, 2003.
- PEREIRA, Amauri Mendes. Trajetórias e perspectivas do movimento negro brasileiro. Belo



Horizonte: Nandyala, 2008.

OLIVEIRA, L. C. Aspectos históricos de Porto Nacional. Goiânia: Editora UFG, 1997.

OLIVEIRA, L. C. O norte de Goiás e a integração econômica do Cerrado. Goiânia: CEGRAF/UFG, 2019.

PINTO, L. J. A ferrovia Norte-Sul e as transformações territoriais no Tocantins. Goiânia: UFG, 2012.

PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Brasília, 2013.

SEPLAN-TO. Perfil Socioeconômico do Estado do Tocantins 2023. Palmas: Secretaria de Planejamento e Orçamento, 2023.

SILVA, R. P.; LUCAS, W. L. C. Território e relações de poder: um olhar sobre os movimentos sociais no Bico do Papagaio. Revista Brasileira de Estudos de Gestão e Desenvolvimento Regional, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 99–109, 2024. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/rbedrpp/article/view/12386>. Acesso em: 25 maio 2025.